

DROGAS: legalizar ou não? Um grande desafio!

Eduardo Barcaro Carnavali*

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de explanar acerca da discussão de um tema cujo debate é extremamente urgente e importante, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Difícil ter uma sólida opinião sobre o assunto. Legalizar, sim ou não? Quais drogas legalizar? Como legalizar? É preciso refletir sobre isso e procurar um posicionamento respondendo não apenas sim ou não, mas também analisando os motivos, os argumentos, as formas, os caminhos, os efeitos. Eis um campo extremamente espinhoso, capaz de provocar debates infundáveis e acalorados. Trata-se de um convite à leitura e à reflexão do tema.

* Acadêmico do Curso de Direito das FIVJ.

DROGAS: legalizar ou não? Um grande desafio!

Tráfico de drogas, violência, vício, corrupção, mortes e milhões de reais. Armas pesadas, mansões, carros importados e dinheiro, muito dinheiro. A venda de entorpecentes é um negócio ilícito dos mais lucrativos do país. Os barões do tráfico movimentam mais ou menos 5 bilhões por ano no Brasil e são os maiores responsáveis pela violência nas grandes cidades. E por dinheiro cada vez mais crianças e adolescentes estão se tornando “soldados do tráfico”. Jovens de 12 a 18 anos trabalham armados para o tráfico em inúmeras bocas-de-fumo das regiões metropolitanas dos grandes centros urbanos. A utilização dessa mão-de-obra é a mais perigosa forma de exploração do trabalho infantil. A pesquisa feita com adolescentes integrantes de facções criminosas aponta que eles entram nas quadrilhas até os 13 anos. Os traficantes dizem que são pressionados pelas famílias dos jovens das favelas para que aceitem seus filhos no tráfico. As famílias fazem isso para que os adolescentes tenham segurança e dinheiro, além de *status* dentro da comunidade.

A droga avança pelo Brasil como um verdadeiro maremoto e alcança a classe média, a alta e os pobres. O consumo oscila entre a cocaína, a maconha e o haxixe. A disputa pelos pontos de venda é tão acirrada que grupos rivais vivem permanentemente numa guerra sangrenta. Muitas vezes, as vítimas do poder ostensivo do tráfico são pessoas inocentes. Vidas são interrompidas por balas perdidas ou por vingança, quando usuários não pagam a droga que consomem. Os chefões do tráfico sofisticaram seus serviços e hoje as drogas podem ser compradas por telefone, nas ruas badaladas das cidades e, o pior, de todos os jeitos, na mão de jovens da classe média e quanto mais gente trabalhando para os bandidos, mais difícil vencer a guerra contra as drogas. A entrega em domicílio é comandada por gente da classe média, que repassa drogas, em escolas, boates, bares, academias de ginástica, condomínios e onde mais houver consumidores. A transação é

realizada através de um disque-drogas. Motoboys, entregadores de pizza, motoristas de taxi, flanelinhas, estudantes são alguns dos envolvidos na entrega da encomenda. Este comércio funciona 24 horas e, o traficante só atende por indicação e fornece uma droga de qualidade superior à dos morros. Filhos rebeldes, agressivos, acostumados a ter tudo o que querem tendem a ser alvo fácil das drogas. Eles não têm limites. Assim como se leva uma garrafa de vinho quando se visita um amigo, os usuários levam drogas para a reunião com os colegas. Essa naturalidade é uma característica marcante de quanto mais fundo se cai na dependência. Fazem parte da natureza dos jovens a imprudência e o desejo de experimentar novas sensações. O uso de drogas em baladas tornou-se prática tão comum que a maioria das casas noturnas faz “vista grossa” para elas.

Drogas entram no país pelas fronteiras e variam de acordo com a quantidade da droga e a repressão da polícia. Geralmente chegam pela Amazônia, nas fronteiras com o Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia. Com a falha na vigilância das fronteiras, devido à grande extensão territorial do Brasil, a droga chega facilmente aos estados. A fiscalização das fronteiras deveria ser feita pelo Exército. A metade de nossa fronteira é terrestre e os agentes da PF não são suficientes para reprimir o tráfico. A Cocaína, a Heroína e o Ecstasy também giram um mercado que rende cerca de mais ou menos 400 bilhões por ano. Da ilegalidade, porém, germinou uma indústria doente: em vez de gerar impostos, o dinheiro dos narcóticos chega ao Estado sob a forma de propinas que fomentam a corrupção. O lucro do negócio é investido em armas que alimentam a violência.

A nossa sociedade é cínica, policiais e políticos estão metidos até a alma com o narcotráfico. A questão é mais complexa do que o simples consumo. Por tudo o que se sabe, ainda não se inventou um modo de separar a droga que pode diminuir o sofrimento de alguns, daquela que pode aumentar o problema de outros (pode ser este um pretexto para a liberação?). É mais importante tratar dos pacientes dependentes da droga e entender porque os

jovens procuram experimentá-la, pois o número de usuários está aumentando. O perigo é ser disponível. O fato de legalizá-la no Brasil não significa que seja inofensiva.

Proibir é legal? Desde os anos 60, o mundo trata os entorpecentes como problema de polícia. Nesse período, o consumo cresceu e a violência atingiu a todos – usuários ou não. Será que a guerra às drogas ainda faz sentido? Parece fácil a solução, então tratemos as drogas como tratamos o álcool. Há muita gente boa acreditando nisso: economistas, médicos, políticos. Mas para cada defensor, existe uma opinião contrária. Afinal, ninguém sabe exatamente quais os efeitos da legalização uma vez que ela jamais foi plenamente colocada em prática. Quais drogas poderiam ser liberadas? O crime organizado e o tráfico perderiam força? O consumo aumentaria? Como isso afetaria a sociedade? Será que legalizar é uma alternativa viável para combatê-las? Dúvidas como essas parecem não existir na cabeça dos legisladores!

Discutir se as drogas devem ser legalizadas esconde uma questão anterior: por que proibi-las? Afinal, drogas sempre existiram e, com raras exceções, sempre foram toleradas. Temos de estudar os prós e os contras de legalizar. E vender droga, é crime? Imaginemos que o comércio das drogas fosse explorado por empresas, com fiscalização séria e punições para quem não cumprisse a lei – nada de “liberou geral”. O comércio aconteceria apenas em locais autorizados e as drogas mais perigosas seguiriam o modelo dos remédios controlados: venda regulada. Quem comprasse demais seria convocado por uma junta médica para avaliar a necessidade de tratamento. Para o governo, as drogas deixariam de ser prejuízo para se tornar fonte de renda. Em vez de gastar com a repressão, ele arrecadaria impostos. O dinheiro poderia ser investido em prevenção, tratamento e na fiscalização do mercado. A polícia estaria livre para resolver crimes mais relevantes. Nesse caso conclui-se que é mais eficiente controlar o consumo de drogas via legalização, porque ela é mais barata. Entretanto, aqui não deixa dúvidas que a classe média seria a mais prejudicada.

A proibição beneficiaria as famílias mais ricas, já que mantém seus filhos afastados da oferta. Ela só não é boa para os pobres, que moram nas regiões de tráfico e estão mais suscetíveis a trabalhar para o crime. A legalização inverteria esse quadro: com a droga vendida em toda esquina, seria mais fácil comprá-la e o preço seria reduzido. Mas haveria, sim, um aumento da procura por drogas. E, é exatamente nesse ponto que se batem os críticos da legalização: se as pessoas consumirem mais, haverá uma desorganização social enorme. Proibir o consumo não serve para reduzi-lo.

Quando discutimos se legalizar ou proibir é a melhor opção, estamos colocando problemas na balança e escolhendo qual alternativa é a menos pior. Difícil saber qual delas é capaz de reduzir mais o custo social da droga, ou a soma de todos os malefícios que ela causa. Há ainda valores morais: drogar-se é um direito individual ou uma questão coletiva? O indivíduo é dono de seu corpo, podendo fazer dele o que bem entender, desde que não faça mal a algum outro indivíduo! Ainda sendo as drogas ilegais, não deixam de ser um meio de conexão com o mundo do crime. Crime e drogas relacionam-se de qualquer maneira, ambos se completam e não vivem em “divórcio”. Vale ressaltar que o uso de drogas continuará acontecendo, sejam elas legalizadas ou não.

Legalizando, importantes são as conseqüências quanto à saúde. Se mais pessoas usarem drogas, precisaremos de um sistema de saúde que absorva dependentes mas hoje o acesso a tratamento para dependentes químicos é muito pequeno, mesmo para atender apenas os de álcool e tabaco. Ainda estamos longe da cobertura ideal, pois teríamos um resultado caótico na saúde humana, superlotando os hospitais. O que reduz mais os custos sociais: cadeia ou tratamento médico? A OMS, por exemplo, defende que a droga seja combatida, mas punir o usuário não traz vantagens para a sociedade: “Para o usuário ocasional, a vantagem é não correr o risco de ser preso. Para o dependente, é poder lutar por um tratamento”. Por incrível que pareça nem o Ministério da Saúde nem o Ministério da Justiça, duas pastas diretamente

afetadas pela questão, possuem qualquer estudo sobre o impacto das drogas no seu orçamento, o que mostra como o Brasil ainda está longe de compreender a dinâmica e o tamanho do problema. Assim, não é possível conduzir a legalização sem uma polícia eficaz.

É importante, porém, não cair no histórico equívoco brasileiro de acreditar que mudar a lei é solução para todos os problemas. Independentemente de proibir, legalizar ou descriminalizar, a melhoria da segurança urbana pode ser alcançada com ações sociais consistentes. Resta saber quais regras adotar para cada droga. A diferença deve-se ao fato de que o uso da droga é crime. Descriminalizar significa que o comércio não é permitido mas o usuário não vai preso. Legalizar é liberar o comércio e a propaganda, mas não é sinônimo de uso livre. Sabemos que não é esta a solução num país como o Brasil onde boa parte da população é mal educada e desinformada e que também tem o Sistema Único de Saúde precário, ainda mais para tratar dependentes químicos que a nossa sociedade cria e ao mesmo tempo discrimina. Inevitável, então, a discussão quando uma questão tão perturbadora é lançada.

Muitos são contra o uso de drogas defendendo que nosso organismo não precisa disso, que seria mais um produto no mercado que vicia, que o tráfico arrumaria outro produto para colocar no lugar, que aumentariam os acidentes de trânsito, que haveria um aumento da alienação da sociedade, que haveria contribuição para o caos social, entre outros. A dificuldade maior, daqui para adiante, será admitir que, para mudar, é preciso enfrentar velhos problemas e assumir responsabilidades sobre eles. Finalizando, ficam expostos “pontos varridos para debaixo do tapete”, ou seja, uma prova de fogo: quem cheira mata; a cegueira do narcolirismo; a tolerância com a malandragem; o estímulo populista à favelização; o medo de remover favelas; fingir que os bandidos e os drogados não mandam; combater o crime com mais crime; marginais são cabos eleitorais de políticos; a corrupção torna a polícia mais inepta; as “comunidades” servem de escudos humanos e o governo federal

está se lixando. Parece que nós não nos livraremos tão cedo da sensação de insegurança no meio em que vivemos! Droga? Sempre será uma guerra! Cabe a nós escolher o melhor caminho!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARTMANN, Arlete. **Uso de drogas crime ou exercício de um direito?** Porto Alegre: Editora Síntese, 1999.

BUCHER, Richard. **Drogas e Drogadição no Brasil.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SODRÉ, Hélio. **Polícia, Tóxicos e Justiça.** Rio de Janeiro: Editora Rio, 1973.

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil.** 3.ed. Rio de Janeiro Lumen Juris, 2006.